



## OPINIÃO

## Sob o signo da negociação



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas - OCTOC

O fim de semana transato marcou o que se julgava impossível: governo e oposição mostraram-se disponíveis para encetar a via negocial, tendo em vista a introdução de alterações ao Orçamento do Estado 2012, que já começou a ser discutido no Parlamento. Trata-se de um sinal de indiscutível esperança. Aperfeiçoar o documento, para já ainda sob a forma de proposta governamental, seria um passo assinalável, ainda que o OE continuasse a ser nefasto para famílias e empresas. Do meu ponto de vista, o principal progresso resultante de um entendimento entre forças políticas seria a de dotar de um cariz mais humanista um documento profundamente cruel, assente e focado exclusivamente em questões financeiras. Um orçamento, e muito menos este, não tinha que ser generoso, mas lamenta-se que a boa vontade tenha ficado no tinteiro dos autos do documento.

Estamos perante um documento com um pendor técnico muito forte, que esquece a alma e o coração de quem paga impostos.

Pede-se num par de anos, o que se andou a desbaratar durante quase quatro décadas. Uma insensatez. Tarde ou cedo chegar-se-á à conclusão que o prazo para a renegociação da dívida soberana nacional terá de ser revisto.

Ir para lá do que a troika exige pode ser muito favorável do ponto de vista da credibilidade externa, desejando Portugal ser o melhor dos piores alunos da União Europeia, mas os alertas de economistas e empresários, sendo por nós secundados, que a economia não vai resistir à terapia de choque que vai ser posta em marcha estão a cair em saco roto. Os efeitos circulares do agressivo pacote de medidas vão ser tremendos. Economia moribunda, Estado social ameaçado, serviços do Estado, como o nuclear sistema de transportes de

Lisboa e Porto, incapazes de responder com a eficiência necessária nos serviços públicos que disponibiliza aos utentes. Estes são os ingredientes básicos para suscitar uma onda de contestação social que terá a sua primeira manifestação de força no próximo dia 24, com a greve geral anunciada.

É perante este quadro de choque e espanto que a mensagem política veiculada pelo governo e o maior partido da oposição deve ser entendida como um sinal de bom senso e esperança. Ainda para mais numa altura em que alguns dos nossos parceiros da União Europeia vêem-se e desejam-se, o caso da Grécia e da Itália, para conseguirem, a par dos problemas financeiros e da ansiedade dos mercados, a estabilidade política, qual miragem.

Tenho confiança num eventual cenário de negociação política que venha a desenrolar-se nos próximos dias. Não creio contudo, que o governo recue, como já retrocedeu noutras matérias, na questão de não tributar os rendimentos de capitais, mas acho que existe margem para que reconsidere, depois de escutados os argumentos da oposição, cativando apenas um dos subsídios dos funcionários públicos, em vez dos dois anunciados. Seria uma medida que reporia alguma justiça e minimizaria o travo amargo na boca, deixando numa situação menos desconfortável milhares de famílias, com compromissos e hábitos assumidos e enraizados. No fundo, para que nenhum partido, qualquer que seja a sua cor política, continue a passar de forma leviana a mensagem que números e pessoas são rigidamente a mesma coisa. ■

**Artigo redigido ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico**

**Estamos perante um documento [OE/12] com um pendor técnico muito forte, que esquece a alma e o coração de quem paga impostos.**